

*O Estado de São Paulo,  
Segunda feira, 15 de setembro de 2003*

## Colhendo o que se plantou

*Mediocridade na OMC deve ser debitada à União Européia e aos EUA*

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

Mesmo sem ver o final do jogo, e com risco de queimar a língua, parece improvável que a reunião da OMC em Cancún consiga evitar o impasse entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. No melhor dos casos terá havido alguma forma de protelação digna, uma *fuite en avant*, com pouco conteúdo positivo, para evitar uma nova Seattle. Os responsáveis têm endereços certos: Bruxelas e Washington, principalmente, mas também as capitais de outros protecionistas agrícolas coriáceos como o Japão e a Coréia do Sul, a Suíça e a Noruega.

Tradicionalmente, as economias européias e os EUA utilizaram a sua posição de preponderância no GATT, e depois, na OMC, para adiar a liberalização comercial dos setores de interesse das economias em desenvolvimento – agricultura e têxteis – enquanto ampliavam a agenda com temas de seu interesse: tais como propriedade intelectual, serviços, investimentos, meio ambiente, concorrência, normas trabalhistas. Na Rodada Uruguai, em 1994, iniciou-se o desmantelamento do protecionismo têxtil nas economias desenvolvidas. Mas uma liberalização agrícola substancial foi protelada depois que os EUA, em Blair House, em 1992, abandonaram docemente constrangidos a sua brabeza liberalizante na agricultura e “capitularam” frente à resistência européia. Washington parece ter subestimado o ressentimento que se criou na esteira desta prevaricação.

O fiasco da reunião de Seattle da OMC em 1999, combinado ao 11 de setembro, tornou essencial que a reunião de Doha fosse de alguma forma “exitosa”. A declaração de Doha foi um primor de ambigüidade de exímios redatores que burilaram um texto que pôde tratar de agricultura e antidumping sem provocar veto europeu ou norte-americano. O fato de a rodada ter sido batizada de Rodada de Desenvolvimento facilitou um certo torpor quanto à percepção da inflexibilidade da agenda dos dois grandes protagonistas na OMC. Alívio no curto prazo, cuja conta inexoravelmente terá que ser paga.

Os antecedentes imediatos de Cancún foram similares aos da Rodada Uruguai. Os EUA mostraram de novo o seu radicalismo de mentirinha quanto à liberalização agrícola, apresentando propostas bastante radicais. Os europeus fizeram o seu jogo habitual. Convencer o mundo de que, após muita dificuldade, a sua melhor proposta era limitada pela cronologia da reformulação da Política Agrícola Comum. A famosa minuta UE-EUA, nova versão de Blair House, sacrificou os interesses dos exportadores agrícolas eficientes, em desenvolvimento ou não. Abriu caminho à manutenção de subsídios às exportações agrícolas, reduziu a ambição de outras medidas e excluiu, de forma provocadora, os exportadores líquidos de produtos agrícolas – Argentina, Brasil – das benesses de um possível tratamento diferenciado, na agricultura, às economias em desenvolvimento. A reação a esta proposta rachou a coalizão de Cairns que reúne

produtores agrícolas eficientes, pois Austrália, Nova Zelândia e Canadá, por razões diversas, indicaram que aceitariam o texto UE-EUA como base de negociação. O Brasil e a Argentina foram forçados a buscar apoio a uma posição alternativa, montando uma coalizão de economias em desenvolvimento. A proposta do G-20 para a agricultura combinou os interesses agrícolas liberalizantes das economias em desenvolvimento que faziam parte de Cairns com os interesses protecionistas ou obstrucionistas de outras economias em desenvolvimento com interesses distintos: China, Índia, México, África do Sul. Mas a minuta oficial da OMC, produzida pelo uruguaio Pérez del Castillo para Cancún, praticamente deixou de lado o documento do G-20

O poder de barganha do agora G-21 estaria baseado não só na capacidade de obstruir, mas também na possibilidade que se abriria no início de 2004 de utilização de medidas compensatórias de subsídios internos e subsídios à exportação adotados principalmente pelas economias desenvolvidas, em vista do fim da “cláusula de paz”, negociada na Rodada Uruguaí. Retórica à parte, a natureza desta coalizão é essencialmente defensiva, e lembra o G-77: só se une para pedir tratamento especial e diferenciado. Os obstáculos à gestação de uma agenda positiva são quase insuperáveis, dada a heterogeneidade de agendas de seus integrantes. A postura de intransigente defesa da proteção por parte da UE e dos EUA acabou sendo contraproducente, pois permitiu que, em outros países, interesses meramente protecionistas em relação a outros temas em negociação preservassem sua agenda camuflados pela defesa da liberalização agrícola. Que a agenda protecionista vai bem obrigado no Brasil foi explicitado recentemente pelo projeto Suplicy, ora em tramitação no Senado, que guarda nítidas impressões digitais de “especialistas” no governo.

São grandes os obstáculos internos nos EUA e na União Européia ao desmantelamento substancial do protecionismo agrícola no futuro próximo. No próximo ano há eleições nos EUA e as dificuldades de reabertura das negociações da reforma da PAC estão longe de triviais. Mas a resistência das economias em desenvolvimento a concessões adicionais com relação a este e outros temas mostra que, para que haja avanço em relação aos temas que são caros às economias desenvolvidas, é essencial que façam concessões significativas que necessariamente requererão tortuosas negociações com os interesses protecionistas afetados. O prazo de conclusão da rodada no fim de 2004 parece ser crescentemente irrealista.

Ao Brasil interessa a preservação de uma OMC prestigiada como instância útil para a solução de controvérsias, evitando negociações bilaterais nas quais se encontraria em posição desvantajosa. Pobres e fracos são sempre os maiores interessados em que haja polícia eficiente e confiável. Também interessa ao Brasil abrir seus mercados de exportação, reduzir as suas próprias barreiras às importações de bens e serviços e implementar as reformas que decorram das negociações de outros temas na OMC.

-----

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio.